



Universidade do Minho - Instituto da Educação
Mestrado em Sociologia da Infância

Ciberactivismo e Mutações Sociais

Ensaio crítico por Ricardo Garcia

U.C. Teorias Sociológicas Aprofundadas II
Professora Doutora Helena Machado
Abril de 2011



Ciberactivismo e Mutações Sociais

Ensaio crítico por Ricardo Garcia

Resumo: neste ensaio crítico, redigido no âmbito da Unidade Curricular Teorias Sociológicas Aprofundadas II do Mestrado em Sociologia da Infância da Universidade do Minho, procuro comentar os movimentos de contestação social operados a partir das redes sociais, tendo subjacente nesta reflexão as linhas estrutural-funcionalistas do pensamento sociológico clássico.

O recrudescimento de movimentos de contestação a partir das redes sociais tem suscitado diversas análises e vem sendo perspectivado pelos *media* como um fenómeno merecedor de atenção. Justamente, a democratização da expressão individual facilitada por estes meios de comunicação planetária constitui hoje um mecanismo fundamental de mudança social porquanto as mensagens veiculadas e disseminadas não provêm de elites, mas do cidadão comum, cuja palavra se encontrava previamente circunscrita ao seu mais imediato círculo de pares.

Numa breve alusão aos recentes movimentos revolucionários ocorridos no Médio Oriente e Norte de África, o traço denominador comum é que esses mesmos eventos foram o corolário de dinâmicas preparadas a partir daquelas redes, o que de outra forma seria impraticável dadas as particularidades dos regimes visados. Pode de resto conjecturar-se que tais movimentos não teriam semelhante impacto se realizados da forma tradicional (num qualquer submundo de panfletos obscuros e mensagens encriptadas) pois ficariam dessa forma limitados aos actores da revolução e dificilmente transpirariam para o grande público - absorto no seu quotidiano e constrangido pela aparente inevitabilidade do *status quo* -, reflexão que se torna ainda mais aceitável quando entendido o impulso oferecido pelos meios tradicionais de comunicação social a esses movimentos.

Invocando ainda as elites mencionadas atrás, importa salientar o papel destas na perene manutenção da estrutura da sociedade. Um dos mais importantes conceitos a reter, senão o mais importante porque alude irremissivelmente à cristalização do tecido social com vista ao seu adequado funcionamento, é o conceito de socialização. Neste sentido devem ser sublinhadas algumas concepções reminiscentes de Durkheim e que



tiveram eco na linha de pensamento estrutural-funcionalista, designadamente a *transcendência da sociedade* sobre as vontades individuais, o *constrangimento* por ela exercido, o *holismo*, e o fomento de uma *consciência colectiva* alicerçada, no caso das sociedades complexas, numa *solidariedade orgânica* cujo enfraquecimento poderia redundar em disfunções ou desajustes. O processo de socialização está intimamente dependente das suas agências. Poder-se-á sustentar que a família é uma agência possuidora de um peso nada menosprezável e reprodutora dos quadros veiculados pelas demais agências socializadoras, nas quais a escola e os *media* reclamam proeminência. Com efeito, é nestes dois níveis que (também) se determina a transmissão dos quadros culturais e normativos vigentes, elementos constituintes da estrutura cultural e absolutamente necessários à reprodução social. Por outro lado importa salientar a importância das *socializações secundárias* (Berger e Luckmann, cit. por Belloni, 2009:93), operadas em sucessivos momentos ao longo da vida, assim como a ressocialização, que implica a reorganização (e possivelmente a reestruturação) de parcelas do quadro normativo até então adquirido. Considerando que os titulares destas agências de socialização são as elites detentoras do(s) poder(es) e dos conhecimentos específicos para o *manuseamento dos dossiês* (conceito weberiano), entende-se a importância destas na alteração ou manutenção da ordem social vigente, dinâmicas que podem de modo interpolado acautelar os interesses daquelas e manter defendidas as posições ocupadas no topo da hierarquia societal. A socialização promove assim, por intermédio destas agências, as suas funções basilares para a perpetuação da coesão social e garantia da *sobrevivência do sistema* (Ritzer, 1996:237) que Parsons viria a elencar: *latência, integração, atingimento de metas e adaptação* (cit. por Belloni, 2009:88).

É precisamente sob o escopo de agências mais ou menos domesticadoras que tem vivido o cidadão comum, sujeito a diversos anestésicos e docemente dissuadido de tomar em mãos a cabal determinação do seu percurso individual. Reproduzido à infinitude, este torpor reflecte-se nos demais actores e grupos sociais, solidificando-se assim na instituição do alheamento, de resto assaz conveniente à perpetuação funcional(ista) e *homeostática* das estruturas da sociedade, bem como à manutenção dos estratos sociais em compartimentos possuidores de relativa estancidade.



No rol das mensagens veiculadas pelas agências de socialização está presente a assunção por todos e cada um dos papéis sociais esperados de si, designadamente aqueles que deverão ser consonantes com o patamar ocupado na estrutura social. Isto é, veicula-se abertamente a instrução, repressora e determinista, que os indivíduos deverão reproduzir uma série de comportamentos esperados em função da sua origem social. Tal desiderato contribuirá de forma valiosa para a realização dos fins da sociedade, sendo por isso profundamente desaconselhável qualquer vontade individual que não corrobore as expectativas sociais. Paradoxalmente, é também transmitida de forma indelével no processo socializador a importância da progressão social, mormente através da apropriação de um quadro cultural diferenciado, enfatizando-se a premência do intelecto sobre outras ferramentas subjectivas. Assim, incute-se no indivíduo a fantasia que a apropriação de uma formação superior lhe conferirá maior agilidade para cumprir o que é esperado de si, designadamente a assunção de um papel produtivo na sociedade com as compensações financeiras daí advenientes e o desejado acesso a uma vida com qualidade, conforto e perspectivas simpáticas de futuro.

É nesta plêiade de mensagens paradoxais e declaradas em maior ou menor grau que se processa a reprodução das desigualdades sociais e a manutenção dos indivíduos nas classes de origem, negando-lhes grandes veleidades quanto às possibilidades de avanço nessa mesma hierarquia de classes, mas enfatizando-se a indispensabilidade da escalada sob pena do infame e socialmente penalizável, quiçá desviante, incumprimento do desígnio aplicado de forma inata a todos e cada um. O único caminho é para cima, o elo mais fraco será o que ousar olhar para baixo. Poder-se-á contudo inferir que a ascensão social pelo mérito adquire uma consistência *mítica*, quando se postula que os que recebem, por inerência da pertença social e por *herança*, um *lugar mais próximo da meta* (McNamee e Miller, 2004:49), dispensam envidar uma conduta meritocrática, ficando esta consignada aos infelizes não contemplados com esse legado.

É lícito afirmar que o processo socializador contém características particulares da sociedade em que reverbera. Será portanto legítimo supor que, no caso da sociedade Portuguesa, a herança cultural carrega não só a bagagem socio-histórica lusitana, como também os traços mais contemporâneos de uma cultura europeia, ocidentalizada, fortemente impregnada de um vocabulário novo com perceptíveis sotaques anglo-



saxónico e norte-americano. A integração na CEE, agora União Europeia, colocou o país em contacto com uma Europa diacrónica face ao ímpeto que Portugal (não) ostentava em 1986, ainda constringido pelas inenarráveis quatro décadas de atonia e retiro do Estado Novo. É na avalanche de um ideário europeu caracterizado por sonhos de desenvolvimento e convergência, custeados por ininterruptos quadros comunitários de apoio, que os portugueses se deparam com uma renovada filosofia de vida, alicerçada em valores apregoados - e potencialmente generalizáveis - de progresso e emancipação, e vêm logicamente a desenvolver todo um conjunto de expectativas face à possibilidade de acederem a uma vida *européizada* que espelhe um nível similar ao dos nossos *parceiros*. Em amplas passadas verifica-se um êxodo das regiões do interior para as cidades litorais, as habilitações literárias aumentam exponencialmente e modera-se o analfabetismo, os cuidados de saúde operam uma revolução nas taxas de mortalidade e morbidade infantil, a actividade produtiva, antes predominantemente agrícola, é substituída pelo comércio e pelos serviços. O ensino superior democratiza-se, todos ambicionam emoldurar um qualquer diploma com dizeres em latim e, simultaneamente, há todo um Portugal profundo para quem este bulício carrega ares de pavorosa modernice reservada às gerações novas e temerárias. Nos contextos urbanos desponta uma classe média significativa, maioritária, possuidora de um poder de compra nunca antes visto - facilitado pelo lucrativo acesso ao crédito - e instala-se a evidente noção que estamos *lá*, em igual patamar com os demais países desenvolvidos, sendo apenas uma questão de tempo para logarmos descolar do rótulo *em vias de*.

Os filhos desta mudança, que em finais da década de noventa lutavam contra o aumento das propinas no ensino superior, foram denominados de “geração rasca” por um então reputado director da imprensa escrita. Apesar de inexacto, o epíteto permaneceu no subconsciente luso e veio agora a ser novamente resgatado pela geração subsequente, no periclitante contexto de uma crise económica e de reformulação dos valores (declínio que os valores possam estar em crise) com poucos precedentes no cenário mundial.

Com efeito, *Geração à Rasca* foi e é o *slogan* envergado por aqueles que, impregnados do edifício socializador toscamente descrito aqui, portadores de um conjunto de expectativas quanto às suas possibilidades de efectivação de um ideário



Europeu, crenças na capacidade de acesso a um estilo de vida confortável, se confrontam sistematicamente com as portas semicerradas de um mundo laboral adverso, precário, *globalizado* e *descartável* (Pereira, 2011), pouco compensador e nada propício à efectivação das expectativas instaladas. Jovens, superiormente habilitados, curvados diante da precariedade autorizada pelos beneplácitos concedidos às grandes corporações em sede de flexibilização laboral, forçados à contingência de uma vida adiada sob a dependência do resguardo progenitor, lamentavelmente apelidados de mal habituados e exigentes. São precisamente os mesmos que, aquando da consolidação da universalidade da *Web*, fazem das redes sociais um espaço aglutinador de vontades e ambicionam por essa via operar mudanças estruturais no quadro vigente, fitando a reedificação dos construtos sociais que virão a ser reproduzidos no processo socializador. À semelhança dos movimentos revolucionários do Médio Oriente e Norte de África, mas numa escala mais compatível com a brandura dos costumes, o *Movimento Geração à Rasca* procura libertar-se do constrangimento opressivo da estrutura cultural e sublevar-se contra o inalterável estado de coisas ao nível de uma estrutura social cristalizada.

Será este comportamento verdadeiramente *anómico*? Serão as redes sociais alavancas incontornáveis da contra-cultura? Ou os seus inúmeros utilizadores apenas actores arrebanhados no desempenho de um dos papéis deles esperados na senda da já referida generalização das tecnologias de informação e comunicação? Um aspecto muito particular das redes sociais é a aglomeração de utilizadores em grupos de pseudo-advocacia social em prol das mais variadas e nobres causas. Desde grupos que protestam contra as muitas e imaginativas formas de transgressão dos direitos dos animais, até grupos subscritores de mensagens contra a violência doméstica, há causas para todos os gostos e expressivas da pluralidade de opiniões em face de fenómenos que transportam um dado grau de disfuncionalidade. Mas para além do gesto imediato - adjectivação tão própria da actualidade e tão propiciada pelas TIC - da adesão a este ou àquele grupo, cujo esforço consiste apenas num singelo clique, que impacto duradouro terão verdadeiramente estes utilizadores aparentemente unidos em torno de valores comuns? Embora se possa supor que a disseminação das mensagens veiculadas nestes fóruns possa entrar no vocabulário quotidiano e paulatinamente penetrar as sinergias



socializadoras, primária e secundárias, vindo desse modo a ter um impacto verificável a longo prazo (compreende-se por isso a afirmação inicial do papel destes meios nas transformações sociais, que reitero), não parece crível que tais grupos de ‘protesto’ possam redundar em transformações imediatas, como seria de resto desejável quanto a muitos dos tópicos neles defendidos. Isto resulta da sua fraca projecção para a opinião pública, especialmente se considerarmos que as redes sociais são um fenómeno presente no quotidiano de uma ainda minoria populacional. O protesto da *Geração à Rasca* logrou derrubar estes condicionalismos e constituir-se como uma excepção paradigmática. Transcendeu o âmbito do virtual e materializou-se num evento aglutinador dos seus subscritores, que fizeram descer a contestação às ruas. Coadjuvado pela imprensa escrita e televisiva, atraídas pelo “cheiro a novo” e protagonistas centrais de uma conjuntura generalizada de questionamento da esfera política, o ímpeto deste movimento foi multiplicado exponencialmente a partir do momento em que a exposição mediática se estabeleceu como reforço de peso na tática de jogo.

Em suma, o campo que se oferece aos cidadãos para a fundação de uma solidariedade espontânea, designadamente o que lhes é possibilitado pelas ferramentas interactivas do ciberespaço, constitui-se hoje como palco de demanda da transformação social e dínamo de mitigação das clivagens exacerbadas na conjuntura contemporânea. Embora os seus efeitos possam ser ainda ténues na sociedade portuguesa, assiste-se hoje, noutros contextos geoculturais, a choques avassaladores entre as esferas social e cultural, resultando em mudanças irreversivelmente plasmadas na História da humanidade. A partir do momento em que percebemos a disseminação de novos valores no mundo virtual como mecanismo de transformação e robustez da consciência colectiva (que se dizia soçobrar), tais meios deixam de ser menosprezáveis no plano da metamorfose da(s) sociedade(s) em que vivemos.

Bibliografia consultada:

- Belloni, M. (2009). *O que é Sociologia da Infância*. Ed. Autores Associados. São Paulo.
- McNamee, S., Miller, Jr. R. (2004) *The Meritocracy Myth*. Rowman & Littlefield Publishers. Lanham. Consultado a 05-04-2011 em <http://aleph.sdum.uminho.pt>
- Pereira, P. (2011). *Da sonolência do consumo à obsolência do “trabalho”*. Consultado a 10-04-2011 em <http://barometro.com.pt/archives/266>
- Ritzer, G. (1996). *Sociological Theory* (4th Ed.) McGraw-Hill Book Co. Sociology Series. Singapore.